

LEVANTAMENTO DAS PUBLICAÇÕES SOBRE O CASO DA TRAGÉDIA-CRIME DA SAMARCO NA BACIA DO RIO DOCE

Aline Guizardi Delesposte¹

Resumo

Apresentamos neste artigo um levantamento da bibliografia crítica acerca dos desdobramentos do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, com intuito de compreender diferentes narrativas sobre o mesmo, especialmente, como o rompimento da barragem foi “classificado” por diferentes perspectivas e lugares de enunciação. Esse desastre, o maior já ocorrido até então no Brasil, destruiu distritos dos municípios de Mariana e Barra Longa, liberando rejeitos com lama ao longo de aproximadamente 600 km, entre o local da ruptura e a foz do rio Doce. Tomamos como referência as produções acadêmicas e técnicas realizadas entre dezembro de 2015 e junho de 2017, especialmente publicações em livros, revistas e jornais eletrônicos; relatórios temáticos de grupos de pesquisa e de instituições públicas e relatórios de organizações não governamentais e movimentos sociais. Apesar de os efeitos do desastre ainda estejam sendo dimensionados, sabe-se que os danos causados ao meio ambiente e às populações atingidas são indeterminados, imprevisíveis e incalculáveis.

Palavras-chave: Mineração; barragem de rejeitos; produção científica

Introdução

O rompimento da barragem de Fundão com rejeitos de minério de ferro, da empresa Samarco Mineração S.A., pertencente à Vale S.A. e à BHP Billinton Brasil Ltda., no dia 5 de novembro de 2015, no município de Mariana – Minas Gerais, demonstrou as graves consequências do relaxamento da fiscalização do planejamento, construção e operação de obras desenvolvimentistas, no que diz respeito à geração de riscos incalculáveis para as populações e para o meio ambiente (ZHOURI, *et. al.* 2016).

Esse desastre, o maior já ocorrido até então no Brasil, destruiu distritos dos municípios de Mariana e Barra Longa, liberando rejeitos com lama ao longo de aproximadamente 600 km, entre o local da ruptura e a foz do rio Doce. O derramamento de mais de 50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários causou de imediato a morte de 19 pessoas (17 adultos e 2 crianças) e de milhares de toneladas de peixes e outras espécies aquáticas, também desalojou populações e tornou a água imprópria para o consumo humano, afetando o abastecimento de cidades à margem do rio Doce.

¹ Geógrafa e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina –PPGSP/UFSC. E-mail: alineguizar@gmail.com.

Apesar de ser o maior desastre envolvendo barragens no país, este não se trata de um caso isolado. De acordo com Oliveira (2015), desde 1986 há rompimentos de barragens em Minas Gerais que já causaram 16 mortes, desalojaram milhares de pessoas e causaram graves problemas de abastecimento de água em municípios localizados ao longo dos rios afetados com o despejo de rejeitos. Além disso, o relatório “Conflitos pela Água 2016-2015” da CPT (Comissão Pastoral da Terra) apontou que dos 54 conflitos em Minas Gerais, 93% envolveram mineração e, boa parte deles, motivados pelo rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP Billiton (FERREIRA, 2017).

Nas condições expostas acima, o rompimento da barragem da Samarco demonstrou mais uma vez a memória suja da mineração no país, quando se trata de casos de conflitos ambientais envolvendo grandes projetos de extração mineral. A complexidade desse contexto apresenta um aprofundamento da mercantilização dos territórios, nos quais a mineração não se sustenta como atividade isolada, atrelando-se ao complexo técnico-econômico que abarca a construção de hidrelétricas, de linhas de transmissão de energia, de infraestruturas de transportes como ferrovias, dutos e portos, ampliação das monoculturas, enfim, todas as atividades econômicas relacionadas à produção do espaço urbano-industrial. Um sistema dependente e degradante dos recursos naturais e gerador de diferentes tipos de conflitos sociais e ambientais.

A gravidade desse crime ambiental colocou em foco o modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo² e o potencial destrutivo da indústria de extração mineral no país. Algumas questões-chaves foram se colocando mediante a continuidade do desastre por diversas organizações sociais que construíram a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce, a saber: que mineração se faz necessária para o projeto de sociedade que valoriza o reconhecimento de direitos dos cidadãos e da coletividade? Para que e para quem se destina a exploração de minérios? Quais seriam os projetos alternativos para construir uma sociedade mais soberana, justa, que respeite a natureza, a cultura e o trabalho de homens e mulheres?

² Os extrativismos são tipos particulares de apropriações de recursos naturais caracterizados por grandes volumes removidos e em alta intensidade, onde mais da metade são exportados como matérias primas sem processamento industrial. Portanto, o uso do termo extrativismos, na América Latina se refere a setores exportadores, sobretudo da mineração e do petróleo, concepção que se diferencia dentro do Brasil, que corresponde às “reservas extrativistas”, no contexto da floresta amazônica, cuja base exploratória é baseada em recursos locais, sustentáveis e comunitários (GUDYNAS, 2016).

Como enfrentar o poder transnacional? Como e quem são os/as atingidos/as? Como recuperar o rio Doce? (CADERNO DO PARTICIPANTE, 2016).

Tais perguntas ainda sem respostas nos convocam a somar a favor da justiça ambiental, e a lutar e resistir frente à mega-mineração. As vozes de milhares de famílias, grupos étnicos, moradores de diversas cidades e comunidades ribeirinhas que vivem na bacia do rio Doce e que foram duramente afetadas com o desastre ainda se perguntam quanto ao futuro de suas vidas, das águas do rio, dos peixes, dos solos, da pesca e da agricultura, dos mangues, das lagoas e das praias. Conforme relato de um ex-morador de Bento Rodrigues, que fora des-territorializado: -“De Mariana-MG à Regência-ES, o sofrimento continua e não tem data pra acabar”.

Diante desse contexto, esse trabalho tem como objetivo realizar um levantamento da bibliografia crítica acerca dos desdobramentos do rompimento da barragem da Samarco, com intuito de compreender diferentes narrativas sobre o mesmo, especialmente, como o rompimento da barragem foi “classificado” por diferentes perspectivas e lugares de enunciação. Para isso, tomamos como referência as produções acadêmicas e técnicas realizadas entre dezembro de 2015 e junho de 2017, especialmente publicações em livros, revistas e jornais eletrônicos; relatórios temáticos de grupos de pesquisa e de instituições públicas como, por exemplo, o Ministério Público e Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais; e relatórios de organizações não governamentais e movimentos sociais, a saber: “Sem-Terra, Sem-Água e Sem-Peixe – Impactos socioambientais da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco no Espírito Santo” - ORGANON/UFES (2015); “Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)” – POEMAS (2015); “Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição (2016); “Dossiê Temático Revista Ciência e Cultura SBPC (2016); “Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billiton)”- MAB (2016).

Também foi levada em consideração nas análises a observação participante, realizada em encontros e seminários que produziram reflexões sobre o acompanhamento e o monitoramento do caso do rompimento da barragem da Samarco, tais como: a Caravana Territorial do Rio Doce (2016); o seminário “O desastre da Samarco: balanço de seis meses

de impactos e ações” (2016); e o encontro do Movimento dos Atingidos por Barragens “Crime da Samarco – Vale e BHP Billinton: 1 ano de impunidade” (2016).

Narrativas sobre o rompimento da barragem de Fundão

Referência ao ocorrido ‘Acidente’

Logo após a ruptura da barragem de rejeitos de minério de ferro, em Mariana, entre o dia 05 de novembro, seguindo os 17 dias em que a lama de rejeitos seguiu ao longo do curso do rio Doce até sua foz, em Linhares/ES, as primeiras ações adotadas pela empresa Samarco/Vale/BHP foram voltadas à divulgação de comunicados, notas oficiais e coletivas de imprensa, com intuito de posicionar institucionalmente acerca de diferentes temáticas relativas ao rompimento da barragem, dentre elas o apoio imediato as famílias atingidas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, ações assistenciais aos demais grupos atingidos no município de Barra Longa e Gesteira e questões relativas ao meio ambiente/água como mitigação dos impactos ambientais causados com a contaminação das águas do rio Doce (no caso dos municípios que tiveram a captação de água paralisada com a chegada da lama de rejeitos).

A dissertação de Carneiro (2017) investigou a disputa de sentidos nos discursos inscritos na fanpage da Samarco, no Facebook, no primeiro mês após a ruptura da barragem de Fundão, em Mariana-MG. A empresa apresentou no primeiro comunicado (às 18h09min, do dia 05 de novembro de 2015), sobre a ruptura da barragem, a empresa denomina o fato ocorrido como ‘acidente’. De acordo com a autora, esse discurso se mantém ao longo da produção discursiva e que, do contexto da produção de sentidos em análise – refere-se a um abrandamento da responsabilidade da mineradora pelo rompimento.

Carneiro (2017) destaca o comunicado oficial realizado pelo presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, na fanpage da empresa, no Facebook, em que este expressa o posicionamento responsável da empresa que preocupada em esclarecer aos seus públicos - desde autoridades até sociedade em geral – sustenta o compromisso manifesto de informar à sociedade sobre o que ele chama de ‘acidente’. Apesar de o comunicado evidenciar o envolvimento da empresa na contenção dos danos e na prestação de socorro às vítimas,

Carneiro (2017, p. 1540 “(...) ao longo de todo o comunicado, o diretor-presidente se refere à ruptura como “acontecido”, “ocorrido” e “acidente”, palavras que, no contexto da produção discursiva, levam a uma impessoalidade ao se pensar nas causas que levaram ao rompimento”.

O termo acidente utilizado pela empresa foi recorrente em pronunciamentos oficiais, com sentido de esconder a imagem da empresa como responsável pelo rompimento, além disso, logo após a ruptura da barragem de rejeitos, houve uma tentativa imediata por parte da mídia, em vincular de forma causal o rompimento da barragem a abalos sísmicos próximos a área do dique, transformando-o em uma consequência de um evento natural, com intuito de escamotear a responsabilização da empresa, o que se tornou infundado na medida em que as investigações apontavam as falhas da Samarco.

Referência ao ocorrido “Desastre tecnológico da Samarco”

Outra narrativa identificada classifica o rompimento da barragem de Fundão como sendo um desastre tecnológico. Para pesquisadores do Gesta/UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/Universidade Federal de Minas Gerais), o desastre tecnológico concretizou a ameaça ensejada por conflitos pretéritos gerados pela construção e operação da Mina de Germano, no complexo de Alegria, da transnacional Vale S.A.. Eles afirmam que, na realidade, não se tratou de um desastre natural, e sim de um *desastre tecnológico*, já que foi atribuído em parte ou no todo a uma intenção humana, erro, negligência, ou envolvendo uma falha de um sistema humano em um empreendimento construído por engenharia e técnicas específicas ligadas ao setor minerário (ZHOURI, *et al* 2016). Nesse entendimento, o rompimento da barragem indica a responsabilização do conjunto de empresas que controlam as operações da Samarco S.A., e é dada ênfase à punição por via da judicialização, com responsabilização dos agentes corporativos e o cumprimento das demandas colocadas pelos grupos afetados.

Corroborando com esta argumentação, o relatório do grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS -UFJF/UERJ) apontou que uma dentre outras hipóteses explicativas do fato revela a associação estrutural entre eventos de rompimento de

barragens de rejeitos e os ciclos de econômicos da mineração. Tal relação vincula-se à aceleração dos processos de licenciamento dos empreendimentos de contenção de rejeitos e à pressão sobre os órgãos licenciadores durante as fases dos preços elevados do minério, além da intensificação da produção e pressão por redução de custos com segurança no período de queda de preços (POEMAS, 2015). Desse modo, os rompimentos de barragens de rejeitos são estruturais da atividade mineral e por isso não são ocasionais, é recorrente que acidentes graves ocorram em períodos de aumento da produção e geração de resíduos.

Na mesma perspectiva, o relatório publicado por Losekann et. al. (2015) considera que a forma de chamar o desastre, tendo como referência um desastre natural, é incompatível com os reais motivos, ou seja, desastre tecnológico, posto que foi consequência de um empreendimento construído pela engenharia e com técnicas específicas ligas ao setor da mineração.

Referência ao ocorrido Tragédia-crime no rio Doce

Numa perspectiva de ação e reflexão popular sobre o rompimento da barragem de Fundão, a Caravana Territorial do rio Doce, que ocorreu entre os dias 11 e 16 de abril de 2016, foi inspirada a partir de um instrumento político-pedagógico construído pelo movimento agroecológico no Brasil, junto com diversas entidades, redes e movimentos sociais.

As caravanas são como viagens de aprendizados, intercâmbios e construção de laços de solidariedade e luta política, que estimulam um olhar conjunto e popular a respeito do território, levando em conta as contradições, potencialidade e desafios na construção de uma sociedade pautada na agroecologia, na reforma agrária, na saúde coletivas, na economia solidária, na luta das mulheres, no respeito ao conhecimento dos povos e comunidades tradicionais. O intuito é dar visibilidade às denúncias e aos anúncios, aos conflitos sociais e ambientais, às experiências de resistência e de autonomia, de valorização da cultura regional e popular, de organização que marcam os locais por onde as rotas passam e ao final se encontram num local de culminância (CARTA POLÍTICA, 2016).

O intuito da caravana foi produzir leituras compartilhadas sobre a tragédia-crime, analisar seus impactos, mobilizar ações de denúncias e reivindicações e apontar saídas de desenvolvimento mais justas e sustentáveis na região. A caravana foi dividida em quatro rotas: Rota 1 - Alto da bacia - os caravaneiros percorreram o caminho da lama de rejeitos, identificando os impactos sociais e ambientais, ouvindo os relatos de vida e de perdas; as demandas e violações provocadas pelas empresas Samarco/ Vale/ BHP; assim como a atuação e as omissões das instituições públicas na defesa dos sujeitos que tiveram seus direitos violados; Rota 2: Alto rio Doce - vales do rio Piranga e Casca – apesar de não terem sido atingidas pelos rejeitos, o objetivo foi ressaltar os principais anúncios nesse trajeto da bacia do Rio Doce, como as diversas experiências de recuperação de nascentes e rios; de agricultura agroecológica; de saneamento rural com fossas sépticas construídas pelas comunidades; da potência das Escolas Família Agrícola (EFA) e dos projetos de extensão; Rota 3: Médio rio Doce objetivo foi interligar os acontecimentos relativos à tragédia-crime de Mariana e o modelo de desenvolvimento imposto na região, onde empreendimentos ligados a mineração têm gerado graves problemas de manutenção dos recursos hídricos - como por exemplo, a instalação de barragens para geração de energia elétrica, a construção do mineroduto da mineradora Manabi e a expansão da monocultura de eucalipto; Rota 4: Foz da rio Doce a Governador Valadares, nesta rota o intuito foi identificar e vivenciar os diferentes danos causados pelos rejeitos na faixa litorânea do ES e ao longo do baixo rio Doce, além dos impactos socioeconômicos nas atividades da pesca, nas comunidades ribeirinhas, nos assentamentos de reforma agrária, nas Terras indígenas.

A culminância das rotas aconteceu em Governador Valadares, potencializou o registro sobre a diversidade de conflitos e resistências à riqueza dos espaços de troca de saberes e práticas ao longo das quatro rotas da caravana. A Caravana apontou inúmeras violações e denúncias, mas também anúncios, reivindicações e propostas de encaminhamentos, que foram divulgados em espaços de comunicação da caravana, no ato público realizado na cidade.

A referência narrativa tragédia-crime pode ser constatada tanto no caderno do participante e principalmente no debate público durante a culminância, na praça dos pioneiros, Governador Valadares, como na Carta Política da Caravana Territorial do rio Doce, publicada posteriormente. Tal narrativa pode ser considerada como uma forma de pressão

popular por parte das associações científicas, organizações sindicais, associações e movimentos sociais, organizações não governamentais, núcleos de pesquisa, representantes de populações atingidas ao longo de todo vale do Rio Doce, dentre outras, que apoiaram, participaram e assinaram a carta política.

Portanto, a caravana aconteceu quando já havia se passado 5 meses do rompimento da barragem de rejeitos e se constituiu como um canal de pressão política, já que principais reivindicações sistematizadas na carta política estão a responsabilização criminal e punição da Samarco/Vale/BHP e das instituições públicas que têm atuado de acordo com os interesses da empresa e não das populações, comunidades e povos atingidos. A contrariedade a homologação do acordo firmado entre os diferentes governos de MG e ES e a Samarco/Vale/BHP, pois precisa ser revisto com ampla participação da população e comunidades atingidas e a participação ativa das comunidades atingidas na construção do plano de reparação e recuperação e realocação das comunidades desterritorializadas.

Referência ao ocorrido Crime da Samarco

A narrativa exposta pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, em setembro de 2016, “Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billinton)” traz um documento com objetivo de transmitir a análise do movimento social sobre as prováveis causas do rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billinton), as consequências do rompimento e explicar sobre a situação atual do “acordo” entre as empresas e governos.

O MAB tem organizado a luta das populações atingidas, na região do alto rio Doce há mais de 20 anos, devido à existência de empreendimentos hidrelétricos, porém desde o rompimento da barragem da Samarco, o movimento intensificou o trabalho de mobilização popular, nos primeiros meses após a ruptura da barragem de Fundão, principalmente, junto aos ex-moradores de Bento Rodrigues e população atingida no município de Barra Longa, além de acompanhar as populações de Governador Valadares e em Baixo Guandu e Colatina/ES.

A principal estratégia do movimento foi mobilizar e auxiliar a organização dos atingidos e atingidas, como protagonistas nas decisões, buscando incentivar as decisões coletivas na reivindicação dos direitos e reparação dos danos causados à população, procurando orientar a não negociação individual com a empresa. Os/as militantes do MAB continuam se empenhando em participar na mediação junto ao Ministério Público em mesas de negociações entre populações atingidas e representantes da Samarco.

Ao se referir aos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, o movimento se refere ao crime cometido pela empresa, como uma forma de responsabilizar a empresa pelos danos à vida humana (morte de 19 pessoas), perda da saúde física e psicológica, das identidades e vínculos socioterritoriais, da interrupção das suas atividades produtivas, gerando insegurança, etc. Pelos danos ambientais relativos à qualidade da água do rio Doce e outros afluentes, às águas subterrâneas, aumento na presença de metais pesados, redução dos nutrientes do solo, extinção de espécies da ictiofauna, flora e fauna. Além dos danos materiais relativos a paralisação de atividades dos setores da agropecuária, comércio e serviços, indisponibilidade de água potável, destruição de lavouras, pastagens, máquinas e equipamentos agrícolas. Esses danos ambientais, materiais e humanos foram apontados nos estudos referenciados acima.

Considerações finais

As narrativas das bibliografias críticas analisadas se contrapõem à narrativa das empresas e, por vezes, do próprio governo, que considerou o rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG como desastre ou acidente ambiental. Esse posicionamento de agentes governamentais se confirma mediante um pronunciamento do atual ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, em Nova York, no dia 20 de setembro de 2017, o qual maior desastre ambiental já ocorrido no Brasil, em novembro de 2015, devido o rompimento da barragem de Fundão, de propriedade das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billinton, que destruiu a bacia do rio Doce, foi um “acidente” e uma “fatalidade”. O ministro nem sequer mencionou a responsabilidade da empresa Samarco sobre os danos ambientais que ainda perduram ao longo da bacia do rio Doce e afirmou que o desastre reforçou a imagem negativa

da população brasileira em relação à mineração. Nas palavras de Coelho Filho "Nós tivemos recentemente o desastre de Mariana, que não contribuiu, mas aquilo tem que ser encarado como foi, de fato foi um acidente. Nós temos que trabalhar para que outros não ocorram, mas como uma fatalidade, você não tem controle sobre isso", declarou em Nova York a investidores reunidos em seminário sobre Brasil promovido pelo jornal *Financial Times* (TREVISAN, 2017).

Portanto, o desastre da Samarco, gerou um amplo vocabulário discursivo, construído por diferentes perspectivas e lugares de enunciação: acidente, crime, tragédia-crime, desastre, desastre tecnológico, catástrofe, enfim uma polissemia de termos que implicaram em sentidos e significados diferentes, ora mais técnicos-científicos, ora mais políticos, ora para revelar, ora para esconder.

Referências Bibliográficas

CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE. **Caderno do participante**. 2016. Disponível em: < <http://ctazm.org.br/bibliotecas/caderno-do-participante-caravana-rio-doce-205.pdf>>. Acesso em: 19 de abril 2016.

CARAVANA TERRITORIAL DA BACIA DO RIO DOCE. **Carta Política**. Governador Valadares, 2016. Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/2016/05/09/carta-politica-da-caravana-territorial-da-bacia-do-rio-doce/>. Acesso em: 10 de agosto 2017.

CARNEIRO, Dayana Cristina Barboza. **Comunicação organizacional e discurso**: disputa de sentidos na fanpage da Samarco a partir da ruptura da barragem de Fundão em Mariana-MG. 2017. 318 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em:< <http://repositorio.ufop.br/handle/123456789/8034>>. Acesso em: 11 de agosto 2017.

FERREIRA, Pedro. Conflitos por água disparam depois de tragédia de Mariana. **Jornal O Tempo**, 25 de Setembro de 2017. Disponível em:< <http://www.otempo.com.br/cidades/conflitos-por-%C3%A1gua-disparam-depois-de-trag%C3%A9dia-de-mariana-1.1524044>>. Acesso em: 25 de setembro de 2017.

LOSEKANN, Cristiana et. al. Sem-Terra, Sem-Água e Sem-Peixe – Impactos socioambientais da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco no Espírito Santo. In: VALENCIO, Norma (Ed.). **WATERLAT-GOBACIT NETWORK WORKING PAPERS**: Série áreas temáticas – Desastres relacionados com a água. São Paulo. Vol. 2; N. 17. 2015, p. 8-35. Disponível em:http://www.academia.edu/24821054/Sem-Terra_Sem

%C3%81gua_e_Sem-Peixe_Impactos_socioambientais_da_ruptura_da_barragem_de_rejeitos_da_Samarco_no_Esp%C3%ADrito_Santo. Acesso em: jan de 2016.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). **Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento da barragem da Samarco (Vale/BHP Billinton)**. São Paulo, 2016 (impresso).

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016.

OLIVEIRA, Natália. Minas já sofreu com outros rompimentos de barragens. **Jornal O Tempo**, 05 de Novembro de 2015. Disponível em: <<http://WWW.otempo.com.br/cidades/minas-j%C3%A1-sofreu-com-outros-rompimentos-de-barragens-1.1159501>>, acesso em: 10 de maio de 2016.

POEMAS. **Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)**. Mimeo. 2015. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/documentos/pagina/poemas-2015-antes-fose-mais-leve-a-carga-versao-final.pdf>>. Acesso: jan 2016.

TREVISAN, Cláudia. Ministro chama tragédia de Mariana de ‘acidente’ e ‘fatalidade’. **Jornal Estadão**, 20 de setembro de 2017. Disponível em:<<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-chama-tragedia-de-mariana-de-acidente-e-fatalidade,70002008801>>. Acesso em: 20 de set de 2017.

ZHOURI, Andréa, et al. O desastre de Mariana: colonialidade e sofrimento social. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Orgs). **Mineração na América do Sul: neoxtratativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Analumbre, 2016, p. 45-66.